

# Para Onde Caminha a Igreja

Texto preparatório para o  
Quinto Encontro Estadual de Presbíteros  
CNBB - Regional Sul IV

Redigido pelo  
Pe. Dr. Vitor G. Feller,  
Professor de Teologia Sistemática

**É** um dever de cada cristão, e mais ainda de cada presbítero, preocupar-se com o futuro da Igreja. Não podemos imaginar a Igreja só nos limites do nosso tempo. Ela é mais do que nós. Vem antes de nós e continuará depois de nós. É um mistério que nos envolve. É a família em que estamos inseridos. De um lado, seu futuro não depende de nós. A ação imprevisível e soberana de Deus e o peso das macro-estruturas, como veremos, fogem ao nosso controle. De outro lado, somos responsáveis pelas pequenas mudanças. A partir de nossa prática cotidiana vamos imprimindo formas que vão fortalecer as macro-estruturas.

Como presbíteros das oito dioceses de Santa Catarina, queremos, como objetivo primeiro, no nosso Quinto Encontro Regional, "tomar consciência da realidade sócio-econômico-política e, de modo especial, da realidade eclesial, em que nos encontramos", bem como dos desafios e exigências que essa realidade impõe "para a ação da Igreja e do ministério dos presbíteros". O tema do Encontro "Para onde caminha a Igreja?" - é, de certo modo, pretensioso. Este era o tema que a nossa Comissão Regional havia sugerido para ser tratado no último Encontro Nacional. Preferiu-se, porém, o tema da urbanização. Arriscamo-nos, pois, agora, entre nós, a tratar o tema da eclesiologia a partir e em vista de nosso ministério presbiteral.

## 1. A REALIDADE EM QUE VIVEMOS

Vivemos num Estado rico em belezas naturais. Como aproveitá-las para a contemplação, o lazer e o turismo, não só de privilegiados, mas de todos? Como preservá-las? Como evitar que catástrofes naturais (enchentes, desbarrancamentos etc) atinjam tanto a população pobre? Como tratar com os agentes da destruição e da poluição (extração da madeira e do carvão, criação de suínos, indústrias pesadas etc)? Como apoiar os pequenos agricultores, criadores de gado e pescadores?

A diversidade de proveniência da nossa população (luso-açoriana, africana, italiana, alemã e polonesa e outras de menor representatividade) dá ao nosso Estado uma característica singular no concerto da Federação. Como salientar

os valores e tradições, as expressões culturais e o folclore, de cada uma, sobretudo nas camadas mais pobres, de modo a integrá-las numa fraternal identidade comum? Como valorizar as culturas oprimidas dos caboclos, dos açorianos, dos negros?

Somos um Estado relativamente bem servido de Meios de Comunicação. Apesar de integrados no sistema de dominação ideológica do neo-liberalismo, eles dispõem-se muitas vezes ao serviço tanto da informação quanto da formação cultural e política da população. Como usar a TV, o rádio e o jornal, para o serviço de uma evangelização inculturada e libertadora? Que critérios de discernimento e espírito crítico se deve oferecer aos fiéis para a análise dos conteúdos oferecidos pelos MCS?

Nosso Estado é apresentado como modelo de economia. O fato de nossas propriedades rurais, indústrias, empresas, serviços, serem de pequeno ou médio porte, possibilitaria maior integração entre empresariado e população trabalhadora. Na verdade, reproduz-se entre nós o esquema do neo-liberalismo excludente. Os meios de produção e os bens de consumo estão se concentrando cada vez mais nas mãos de poucos. A população se empobrece. É elevado o índice de desemprego. Há muitos mendigos em nossas ruas. Que tipo de presença ter no mundo do trabalho? Que decisões concretas tomar para fortalecer nossa opção pelos pobres, pela classe trabalhadora explorada e excluída? Que participação ter no trabalho de conscientização sobre determinadas urgências, como a reforma agrária, o fortalecimento dos organismos sindicais, a multiplicação de empregos, a distribuição justa dos bens?

### **A população empobrece. É elevado o índice de desemprego**

O passado político de nosso Estado carrega a marca das famílias oligárquicas que se revejavam no poder, promoviam a politicagem e o apadrinhamento político, faziam da política uma atividade de elites, excluindo o povo dos processos de participação. Hoje, apesar do arrefecimento dos últimos anos, nosso povo gosta de participar de grupos, associações, clubes e movimentos. Mas tem dificuldades

para tratar com a política partidária. Ela traz o cheiro de sujeira, corrupção, empreguismo. Como nos posicionar diante das opções políticas? Como discernir, entre os partidos, aqueles que criam mecanismos que defendem os direitos dos pobres, daqueles que, ligados às elites, só se preocupam com a perpetuação no poder? Que solidariedade, que espaço e voz se deve oferecer para as organizações populares, por exemplo, as associações de bairro, as lutas pela terra e pela moradia urbana, as romarias da terra e dos sem-teto, os movimentos de classes profissionais ou de minorias?

No que diz respeito à condição social, é notória, principalmente nas periferias de nossas cidades, a carência nas áreas de saúde, educação, moradia, emprego, transporte e segurança. Ainda que tenha havido bastante empenho da Igreja e de organismos sociais na luta em favor dos direitos dos pobres nesses campos, há muito o que fazer. Como aproveitar os temas das Campanhas da Fraternidade, que quase sempre tocam no assunto, para colaborar na conscientização e organização do povo na luta por seus direitos sociais? Como relacionar a pregação do Evangelho e a celebração da fé com os desafios que a realidade social do povo nos impõe?

## 2. A IGREJA EM QUE ATUAMOS

Quanto à realidade eclesial e pastoral do nosso Estado, há constantes históricas positivas a considerar: a quantidade de presbíteros, diáconos, religiosos e religiosas; a infraestrutura física de nossas paróquias; a organização pastoral das dioceses; a importância dada aos seminários; um passado que carrega modelos de trabalho apostólico. Há também, a partir das últimas décadas, sinais de renovação: a formação de lideranças; o trabalho das pastorais sociais; a dinamização da catequese; o incremento de comunidades de base e grupos de reflexão; a descentralização das decisões por meio de conselhos de pastoral; a descoberta da espiritualidade da libertação, do seguimento de Jesus e da ministerialidade da Igreja. Mas há sombras: diferenças marcantes, às vezes até oposições, entre os projetos de pastoral das dioceses; desilusão de muitos presbíteros e agentes diante de insucessos no trabalho pastoral e social e diante do movimento recentralizador da Igreja: defasagem entre a preparação teológica e os desafios da realidade; dificuldades para se tratar com os elementos novos do pluralismo religioso e do fenômeno das seitas; falta de recursos humanos e econômicos; dificuldades de ordem teórica e metodológica para tratar as relações entre fé e política, fé e empenho social. Como nos situar diante dos desafios pastorais próprios de nossa realidade eclesial? Como trabalhar a nossa formação permanente? Que tipo de ação pastoral se deve promover: estática ou dinâmica? Como articular os valores da tradição com as exigências da renovação? Que tipo de presença exercer na sociedade civil?

### **diferenças marcantes, às vezes até oposições, entre os projetos de pastoral das dioceses**

A Igreja do final deste segundo milênio se encontra diante de grandes desafios: o fenômeno da urbanização, o pluralismo religioso, a injustiça social, a idolatria do mercado, a

corrupção e imoralidade na administração do bem público, entre outros. Esses desafios vêm, muitas vezes, expressos na forma de valores anti-evangélicos: individualismo, subjetivismo, consumismo, hedonismo, materialismo, amoralismo, para citar alguns. Na sua missão de evangelizar, a Igreja se vê interpelada, pelo Espírito Santo e por forças internas e externas a ela, a elaborar projetos e entrever perspectivas de presença no mundo, de inculturação do Evangelho, de diálogo ecumênico, de diversificação dos ministérios etc.

Freqüentemente aparece a pergunta: **que modelo de Igreja se deve elaborar, construir e seguir** diante desta realidade histórica? Que modelo de Igreja prevalecerá no futuro? Uma pergunta que vem quase sempre formulada nos termos da falsa e nefasta disjuntiva: fortalecimento da Igreja hierárquico-institucional ou fortalecimento da Igreja rede de comunidades?

Esta sucinta visão da realidade sócio-econômico-política e da realidade eclesial-pastoral nos questiona. Como presbíteros, não nos podemos furtar ao que julgamos o primeiríssimo desafio: chegar a uma consciência comum de nossa eclesialidade e do nosso serviço ministerial, em vista da criação de um modelo de Igreja que responda hoje e amanhã aos desafios lembrados! Para tanto, será necessário entender as forças que atuam na Igreja.

## 3. AS FORÇAS QUE INTERAGEM NA IGREJA

Em primeiro lugar, no discurso sobre o futuro da Igreja e sobre nossa consciência e ação de presbíteros na elaboração desse futuro, temos de levar em conta **dois aspectos** que transparecem em nossa humilde tarefa cotidiana: a ação do Espírito Santo e o peso das macro-estruturas.

### 3.1 A AÇÃO TRANSCENDENTE DO ESPÍRITO SANTO

Há, além de tudo, a ação transcendente de Deus. O Espírito de Deus age de modo paradoxal. Ele é ao mesmo tempo o princípio da unidade e o princípio da diversidade na Igreja. Para ele apelam aqueles que trabalham no sentido da centralização, da concentração de forças, da afirmação da identidade cristã e católica. E, de fato, ele atua por meio dessas pessoas em vista desses objetivos. Para ele também apelam os que se esforçam em marcar o sentido da pluralidade, das diferenças, das particularidades. Sem dúvida, ele atua também através deles, visando essas metas. Certamente, nisso tudo, uns e outros somos agentes do mesmo Espírito de Deus. Ele age por nós, mas age também apesar de nós e até contra nós. Ele não se deixa prender por nossos movimentos.

Por respeito ao Espírito de Deus e ao modo como ele age na Igreja, os **agentes da unidade** (o Papa e a Santa Sé na Igreja universal; os bispos em sua diocese; nós padres em nossas paróquias; os diáconos nas capelas) deveríamos aprender a ouvir e até a obedecer ao Espírito que age e fala nos **agentes da pluralidade** (os sínodos de bispos e as conferências episcopais; os organismos do povo de Deus; os conselhos e associações dos presbíteros, dos religiosos, dos diáconos, dos leigos; os conselhos diocesanos e paroquiais de pastoral; os pastoralistas em sua capacidade inventiva; os leigos em seus diversificados ministérios e em sua presença nos mais diversos campos da vida; os teólogos em

suas tentativas de resposta aos desafios da evangelização e às exigências de interpretação da Palavra de Deus; os religiosos em sua inserção no mundo de conflitos; os pobres em seu sofrimento; as comunidades e movimentos populares em sua organização etc).

E vice-versa, esses agentes da pluralidade deveriam ouvir e obedecer ao Espírito que age e fala nos agentes da unidade. Trata-se de uma aprendizagem exigente. O **princípio da subsidiariedade** é, sem dúvida, elemento constituinte da ação do Espírito Santo na criação, na história, na Igreja e no coração das pessoas! Deve sê-lo também na ação da Igreja e de seus ministros!

### 3.2 A NOSSA AÇÃO HISTÓRICA

Além da ação do Espírito de Deus, há também jogos históricos, institucionais, forças de relação, que podem ser definidos, reforçados ou modificados pela ação livre do homem e captados pelas ciências humanas. Como acontecem no nível da macro-estrutura, o domínio teórico e prático do homem sobre eles é, porém, muito restrito. Aqui é preciso, de um lado, o estudo da história da Igreja, da sociologia da religião, da psicologia social e de outras ciências, que nos ajudem no conhecimento, na compreensão e até na aceitação das macro-estruturas. De outro lado, não se pode negar que nossa liberdade está situada num contexto que a condiciona. Não podemos, individualmente e a curto prazo, transformar a realidade. É preciso concentração de forças, organização popular, estratégia de influência, planejamento pastoral, isto é, mecanismos que vão forjando mudanças no nível mais amplo.

Considerando, pois, esses dois aspectos fundamentais das forças que determinam a caminhada da Igreja (o Espírito Santo e as macro-estruturas), não podemos, contudo, negar que seja possível influir sobre o futuro da Igreja e modificar a rota por onde ela caminha. Mas para isso, a primeira virtude a se ter em conta será a **humildade**. Humildade agradecida diante da ação soberana de Deus, de seu Filho e de seu Espírito. E humildade sofrida diante do peso das macro-estruturas. A ausência da humildade nos levará à frustração e, daí, à inércia. Vem a desconfiança de nossa ação, o julgamento fácil sobre o trabalho dos que pensam e agem diferente de nós e, até, a desconfiança no poder de Deus. Imaginamos e sonhamos alto demais para alcançarmos muito pouco.

A segunda virtude será, aí sim, a **coragem, a parresia**, para atuar no nível das micro-estruturas. Em nossa tarefa cotidiana, em nossos planos de pastoral, no âmbito da Igreja particular, nas relações inter-pessoais e inter-grupais, há muito o que fazer. O que sonhamos e planejamos pode ser conseguido. Essa ação abre perspectivas, promove o otimismo, cria mentalidade de solidariedade entre os pequenos agentes, dá força e vai criando nova cosmovisão, vai forçando, ainda que a longo prazo, a mudança das macro-estruturas.

O que freqüentemente acontece é que nós costumamos lamentar e reclamar da macro-estrutura, fortalecemos o pessimismo, promovemos a frustração, a desconfiança, a inércia, enquanto esquecemos e perdemos tempo precioso que poderia ser revertido em ações concretas de transformação e mudança.

### 3.3 OS DOIS PASSOS DA MARCHA HISTÓRICA DA IGREJA

Para analisar a Igreja, conhecê-la e transformá-la, é preciso considerar as duas pernas com as quais ela caminha, as duas asas com as quais ela voa, dois acentos de sua cadência. Assim, de um lado temos a macro-estrutura do monocentrismo, e de outro a pluralidade de micro-estruturas, o policentrismo. Eles se expressam com características próprias, correlatas e paralelas entre si, às vezes opostas. Assim, temos: o centralismo romano e o princípio da subsidiariedade, a Igreja universal e a Igreja particular, o primado do Papa e a colegialidade episcopal, a Identidade católica e a busca do ecumenismo, o esforço da convergência e a experiência da divergência, o ideal da comunhão e a realidade da participação etc.

Durante o primeiro milênio predominou o polo policêntrico, manifesto no conjunto de forças centrífugas, na diversidade de ritos litúrgicos e de normas canônicas, nas características peculiares, na realização de sínodos regionais, na forte identidade das Igrejas locais, na presença dos leigos (os nobres, pelo menos) nos concílios e nas decisões da Igreja etc. No advento do segundo milênio, deu-se início, lento mas decidido, a um movimento que terminou no polo monocêntrico. Momentos marcantes desse movimento foram: a **reforma de Gregório VII**, em reação a abusos de todo tipo, no século XI; a **reforma tridentina**, em reação à teologia protestante de Lutero, no século XVI; o **concílio Vaticano I**, com a definição do primado romano e da infalibilidade do magistério pontifício, no século XIX. Durante esse milênio, sobretudo após o concílio de Trento e, depois, em reação à modernidade, a Igreja veio guiando-se pelas forças centripetas, centralizadoras, acentuando sua identidade católica diante das Igrejas protestantes recém-criadas, criando unidade ao redor do seu universo simbólico (a devoção a Nossa Senhora, o culto aos santos, a veneração ao Papa, o culto eucarístico, a escatologia da separação da alma etc). Universo simbólico, real, presente no fundo do coração, no inconsciente coletivo, quase que comum, dos católicos de todo o mundo.

### No advento do segundo milênio, deu-se início a um movimento que terminou no polo monocêntrico

Com o **Vaticano II**, a Igreja quis resgatar os valores da pluralidade da Igreja primitiva, da reforma protestante, da época moderna. Diversos movimentos (bíblico, litúrgico, patristico, catequético, teológico, leigo, ecumênico, missionário etc) prepararam a mudança e explodiram o dique. Mexeram na macro-estrutura da Igreja e terminaram criando forças marcantes do polo policêntrico (a teologia liberal europeia, a teologia da libertação, a Ação Católica, as CEBs, as conferências episcopais, os primeiros Sínodos, a organização dos religiosos, a opção pelos pobres etc). Mas, essa explosão renovadora teve apenas vinte anos (1965-85) de duração.

A estrutura maior da Igreja não estava preparada para a pluralidade. O polo monocêntrico resistiu e voltou a se manifestar (o pontificado de João Paulo II, a publicação do novo Código de Direito Canônico, o Sínodo de 85, o julgamento de alguns teólogos, a escolha dos bispos, o controle sobre organizações de religiosos, a publicação do Catecismo da Igreja Católica etc). Ou seja, a macro-estrutura monocêntri-

ca, apesar de abalada, não mudou. No entanto, diversas experiências de estruturação policêntrica vieram para ficar e hoje estão presentes em toda a Igreja. As duas perspectivas estão agora aí, uma diante da outra, parecendo excluir-se mutuamente. Mas, o Espírito Santo não é exclusivista; ele trabalha pela inclusividade. Só não cabe na sua ação o pecado que divide e mata!

#### 3.4 CRITÉRIOS DE AÇÃO DIANTE DOS DOIS MOVIMENTOS

Na correlação entre esses dois movimentos, constroem-se **diversos modos de ser Igreja**. Como saber onde se encontra o modelo mais evangélico? O cuidado com a verificação da identidade e da relevância da Igreja é uma tradição que remonta ao Concílio de Constantinopla, no final do IV século (381), o qual apontou para as **quatro notas** que deve ter a verdadeira Igreja de Cristo: **unidade, santidade, catolicidade, apostolicidade**. É interessante perceber que não foi indicado um só critério, mas quatro. Esse dado nos sugere que, de um lado, não podemos pretender uma visão uniforme da Igreja e, de outro, que há um grande horizonte aberto ante o qual se dá a construção da Igreja. Mais do que favorecer a comodidade, esse caminho aberto apela para o empenho cotidiano do zelo pessoal, da pastoral de conjunto, da perspectiva histórica.

Nessa caminhada, não se pode definir um único caminho como certo. Pode-se, porém, denunciar os erros mais comuns entre nós, os caminhos equivocados, os que fecham o horizonte. Que pecados cometemos contra a Igreja? **Contra a unidade da Igreja**, pecam seus próprios mediadores quando insistem no centralismo monolítico, que bloqueia a vigência da diversidade. Pecam também os agentes da pluralidade, quando salientam de tal modo suas diferenças que criam divisões e formam guetos. A unidade é contínua construção, tem uma dimensão escatológica. Será vivida, portanto, no meio dos conflitos, os que são próprios à edificação da comunhão eclesial e os que advêm do mundo em que se dá a missão. A unidade se dá na comunhão dos bens, do poder e dos carismas. **Contra a santidade da Igreja**, o pecado, em qualquer nível em que ele aconteça, pessoal, comunitário, social, eclesial ou estrutural, está no distanciamento da vida e do ministério do Servo de Javé, fiel ao Pai e servidor dos pobres. A santidade da Igreja, vivida no reconhecimento de todo pecado e na busca permanente da conversão, deverá ter o rosto da oração e da militância, da vida sacramental e da profecia.

**Contra a catolicidade**, pecam os agentes da unidade quando insistem num universalismo abstrato que trava a dinâmica das Igrejas locais, a parcialidade da opção pelos pobres e o princípio da subsidiariedade. Pecam contra a catolicidade os agentes da pluralidade que enxergam só o imediato de sua geografia e história. Não respirando na universalidade da Igreja, se empobrecem no particularismo. **Contra a apostolicidade** pecam os agentes da unidade quando a vêem como monopólio dos ministros ordenados. Pecam contra ela os agentes da pluralidade quando a confundem com militância política, com opções ideológicas, com ativismo pastoral.

#### 4. QUE FUTURO SE PODE VISLUMBRAR?

Diante dessa análise, como imaginar o futuro da Igreja? Qual dos dois movimentos deverá prevalecer? Haverá lugar

para o acento da pluralidade, tão enfraquecido no último milênio, redescoberto no Vaticano II como necessário para o diálogo da Igreja com o mundo, e agora sofrendo fortes ataques do polo da centralização? Deverá a Igreja ser sempre monocêntrica?

#### 4.1 A VIGÊNCIA DO POLO POLICÊNTRICO

Não há dúvida de que podemos prever (ou sonhar) que a Igreja será uma rede de comunidades, a partir dos mais diferenciados modelos (CEBs, grupos de reflexão e vivência, movimentos populares, pastorais sociais, paróquias renovadas, movimentos de espiritualidade cristã, movimentos de apostolado leigo etc). Há muitas experiências de pastoral libertadora e inculturada, de reflexão bíblico-teológica popular, de diversificação dos ministérios, de formação de lideranças e agentes leigos, de protagonismo dos leigos, de criação de comunidades, de planejamento participativo, de presença eclesial nos organismos da sociedade civil, de projetos de pastoral urbana, de valorização das culturas, de envios missionários etc.

### Há muitos sinais de garantia da vigência do polo policêntrico na Igreja de hoje

Há muitos sinais de garantia da vigência do polo policêntrico na Igreja de hoje, sobretudo na América Latina e no Brasil. O movimento sócio-cultural do mundo moderno e pós-moderno no rumo do pluralismo impedirá que as experiências e sinais do novo modo de ser Igreja sejam abafados. Eles deverão ter continuidade no nível das micro-estruturas vitais. Se não detêm a hegemonia, pelo menos são reais, vivos e dinâmicos. Estarão sempre diante da hegemônica centripetização a questioná-la e completá-la, a enriquecê-la e dialetizá-la. Garantirão o movimento centrífugo da presença da Igreja para fora de si, da superação do eclesiocentrismo.

Entre esses sinais que garantem a presença e o fortalecimento do eixo da pluralidade, podemos citar: a relevância da Igreja na sociedade civil, nos MCS, nos movimentos em favor da vida e da ética, a opção pelos excluídos, o empenho pela promoção e defesa da vida ameaçada, a presença nos movimentos populares alternativos, o diálogo com as grandes religiões, o trabalho de muitos cristãos no macroecumenismo, a descoberta da dimensão urbana da pastoral, a superação previsível e possível da estrutura paroquialista. As Campanhas da Fraternidade são uma expressão concreta desses sinais. A cada ano propõe-se a conscientização sobre um desafio, com propostas e estratégias de transformação da realidade sócio-político-econômica e cultural do país. Certamente, é preciso estar atento a toda novidade que surge do mundo moderno e pós-moderno. O direito de associação na Igreja, sobretudo nas classes menos favorecidas, deverá ser mais valorizado. Diante da diversidade de expressão e vivência religiosa do nosso povo, será preciso dinamizar a catequese bíblica, incentivar a liturgia inculturada, descobrir os valores da religiosidade popular. O processo de evangelização não pode se dar somente na direção sujeito-objeto, padre-fiel. Será preciso ativar a subjetividade (liberdade e consciência, dignidade e responsabilidade) dos leigos.

#### 4.2 A VIGÊNCIA DO POLO CENTRALIZADOR

A macro-estrutura da unidade certamente vai continuar definindo os rumos do futuro da Igreja. Nesse aspecto, não se pode negar as vantagens que oferece o polo centralizador: o valor simbólico dos sinais da unidade, o espírito de corpo, o sentido da identidade católica, a garantia da estabilidade emocional-religiosa, a eficiência de um polo de ação e concentração, a força da credibilidade junto a outras instituições na sociedade civil. Diante de uma cultura que desenraiza, desagrega e fragmenta, que corre sempre o risco da divisão e da anarquia e que, portanto, se marca pelo poder da morte, é de se agradecer ao Espírito Santo todo empenho pela busca da unidade. Esta acontece tanto no nível interno da própria Igreja, quanto no nível da relação com as outras Igrejas cristãs e do diálogo com as grandes religiões.

Certamente, porém, mais do que insistir no valor jurídico da instituição e no cumprimento rígido de suas leis, será preciso buscar e viver o seu espírito. Será, então, preciso acentuar e valorizar o seu sentido simbólico. A instituição serve como caldeirão para reelaborar, em ótica evangélica, as forças do subjetivismo e do fragmentarismo de hoje. Ela deverá ser o fiel da balança que equilibra a vida e a pastoral da **comunhão**, voltadas para a dimensão interior da Igreja (liturgia, catequese, vocações, organismos eclesiais etc) com os trabalhos da **missão** (missão *ad gentes*, inculturação, pastorais sociais, ação educativa, presença nos MCS etc). Ela contribui como meio para impedir a divisão da Igreja em seitas, para evitar ou atenuar a dispersão de forças, os setorialismos da ação pastoral, os guetos, as divisões entre conservadores e progressistas, os radicalismos ideológicos, a diluição da mensagem cristã etc. Com efeito, a unidade simbólica (por exemplo, a participação à Missa e o culto à Eucaristia, a devoção a Maria e aos santos, a veneração ao Papa, o corpo doutrinal, entre outros) é muito mais real e dinâmica que a unidade jurídica, entra mais no coração e na vida das pessoas. A rejeição dos valores simbólicos da unidade implicará na ausência de eixo para toda experiência de pluralidade.

E mais, levando em conta a dimensão da subjetividade dos crentes, não se pode negar que em todos os católicos, também nos mais progressistas, bate forte o coração da identidade católica. Negá-la é negar-se a si mesmo.

#### 4.3 ESPIRITUALIDADE DA PAIXÃO PELA IGREJA

É claro que na conjugação das forças de um e outro movimento, na exigência de uma ação pastoral de conjunto, vão aparecer tensões e conflitos. Eles aparecem tanto no nível da Igreja universal, quanto no nível básico de uma comunidade ou de uma paróquia. É freqüente acontecer que, seguindo o ponto de vista da comunidade, da participação, da pluralidade, condenemos a acentuação do polo hierárquico-institucional que aparece, por exemplo, nas decisões e documentos da Santa Sé. No entanto, no nível básico do nosso cotidiano, o que acontece? Ou repetimos o mesmo esquema, ou passamos a vida a lamentar o que julgamos errado nos outros, ou nada oferecemos de novo. Pode, porém, suceder que, ao querer dar uma contribuição pessoal ou coletiva, surjam conflitos com bispos, com colegas padres, com movimentos de apostolado ou espiritualidade leiga.

Para enfrentar os conflitos surgidos na prática eclesial da comunhão e da missão, é preciso cultivar uma **espiritualidade firmada na paixão pela Igreja**, no sentir com a Igreja,

na fé na Igreja. Uma espiritualidade da parresia - serenidade para aceitar o que não podemos mudar no imediatismo de nossos desejos e dinamismo empenhado em mudar o que nos diz respeito direto. Uma espiritualidade no conflito e do conflito, baseada em sólida formação bíblico-teológica.

A atual preocupação com a formação permanente dos presbíteros coloca-se exatamente nesta linha. É por amor à Igreja que pretendemos estar sempre atualizados. Não se pode esquecer que toda atitude fundamentalista e dogmática, de esquerda ou de direita, tem sua fonte na insegurança afetiva e na ignorância intelectual. Quantos de nós, presbíteros, para cobrir essas lacunas, caímos no autoritarismo ou no comodismo!

### 5. CONCLUSÃO

Para onde caminha a Igreja? A história mostra momentos de grande unidade e santidade, catolicidade e apostolicidade. Há também etapas em que os pecados do uniformismo e do espiritualismo, do universalismo abstrato e do hierarquismo, parecem ter tomado conta de nossos antepassados na fé. Certamente vivemos hoje um momento propício de evangelização, de inserção no mundo, de realização da comunhão. Somos responsáveis diante de Deus e do seu Reino pela intensificação e irradiação dessas luzes. Deveremos, sem dúvida, prestar contas da omissão e do medo diante dos desafios, da rigidez de nossos esquemas, do fechamento à dinâmica misteriosa da graça. O Espírito nos livre dos desvios e nos guie pelo horizonte aberto do seu futuro! ♦

#### Bibliografia Auxiliar:

BOFF, Cl. e outros, *Santo Domingo, Ensaios teológico-pastorais*, Ed. Vozes 1993, 389 pp, sobretudo os artigos de Cl. BOFF, E. DUSSEL, J. B. LIBÂNIO, A. ANTONIAZZI, C. B. GALLARDO e A. LORSCHIEDER

CNBB, *A Igreja Católica diante do pluralismo religioso no Brasil*, Estudos 62, Ed. Paulinas 1991

COMBLIN, J., *O direito de associação na Igreja*, in REB 211/1993, 515-543

DULLES, A., *A Igreja e seus modelos*, Ed. Paulinas 1978, sobretudo o último capítulo: *Avaliação dos modelos*, 216-231

CODINA, V., *Para compreender a Ecclesologia a partir da América Latina*, Ed. Paulinas 1993, sobretudo o último capítulo: *Reflexão sintética*, 214-231

LIBÂNIO, J. B., *A volta à grande disciplina*, Ed. Loyola 1984 (2ª edição), sobretudo o último capítulo: *Reações à desconstrução da identidade católica: a fase da reconstrução*, 107-178

PARRA, A., *Os ministérios na Igreja dos pobres*, Ed. Vozes 1991, sobretudo o último capítulo: *O futuro do ministério eclesial a partir da tradição dos pobres*, 181-191

RATZINGER, J., *Compreender a Igreja hoje. Vocação para a Comunhão*, Ed. Vozes 1992, 93 pp

RICHARD, P., *A força espiritual da Igreja dos pobres*, Ed. Vozes 1989, sobretudo a segunda parte: *Raízes espirituais e bíblicas da Igreja dos pobres*, 87-137

#### Endereço do Autor:

Catedral Metropolitana  
Casa Paroquial  
Rua Arcipreste Paiva, 70  
88010-530 - FLORIANÓPOLIS, SC

## NOVO LIVRO DE HÉLCION RIBEIRO

### A Identidade do Brasileiro

#### "Capado, sagrado" e festeiro

Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1994, 199 pp.

Com alegria registramos o lançamento, no 1º semestre deste ano, de mais um livro do ex-diretor do ITESC e fundador da nossa Revista, Pe. Hélcion RIBEIRO, atualmente lecionando na PUC-PR, e no Studium Theologicum de Curitiba, além de ser vigário Paroquial da Catedral-Basilica local. No final do ano passado Pe. Hélcion nos brindou com um ensaio teológico: "*a Encarnação do nosso Deus*", ed. Loyola, SP, 1993, 67 pp. Agora, oferece-nos um ensaio antropológico, tentando aprofundar, "a identidade do brasileiro", quem sabe sistematizando e ampliando os dados que, restritos ao "Catarina", o catarinense, ele havia levantado no seu "*Da periferia um povo se levanta*", Ed. Paulinas, SP, 1988, 270 pp.

Nada melhor, porém do que citar o próprio Autor, no início da Apresentação que ele mesmo faz, do seu livro: "Este ensaio está na convergência de algumas perguntas que me fiz diversas vezes. Lendo e entendendo a cultura brasileira, tentei entender tantos outros que discutiam o tema. Aquilo que lia, porém não me convencia. Via e ouvia outras coisas. Resolvi aventurar e fazer a leitura, porém de outro ponto de vista. Ao ir me envolvendo - inclusive depois de ministrar um curso na Fa-

culdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção (SP) - percebia certas descrições fechadas e dogmáticas demais. A mim me parecia que nosso povo não era só isto ou só aquilo. Antes, era isto e aquilo: ou ainda, isto com aquilo. Um pouco de tudo, com face ora mais branca, ora mais negra e ora bem misturada. Brasileiro é tanto o da Amazônia quanto o carioca, tanto o nordestino quanto o mineiro ou o gaúcho, tanto o descendente de europeu quanto o caboclo ou caipira. Mil faces, mil jeitos de ser igual no mesmo país. Ora mais lá, ora mais cá. De tudo um pouco" (p. 11).

O ensaio se desenvolve em quatro capítulos: 1) Brasileiro, quem é? - Características e identidade nacional. 2) Identificando o homem brasileiro: elementos desde a sociologia e a história; outros elementos desde a relacionalidade subjetiva. 3) A identidade desde os *ethos* nacional. O *ethos* popular em três dimensões: a resistência, a esperança, o espírito lúdico. 4) Identidade brasileira. Diálogo com autores e a pergunta sobre o "nacional" na literatura. Interpretação cultural e interpretação econômica. Arremata o ensaio um 5º capítulo: "A modo de conclusão".

Aí está, pois, leitor de ENCONTROS TEOLÓGICOS, um livro que lhe ajudará a conhecer um pouco melhor a sua - a nossa - identidade de "Brasileiro". Esse povo que, "mais que um tipo único" é múltiplo (plural), e isto decorre de ser um povo novo, ainda não orgânico e miscigenado de diversas raças e etnias. Profundamente dividido em classes sociais e, desde sua origem, um povo dependente numa ciranda econômica. Na sua pluralidade, é marcadamente um povo pobre (sempre mais empobrecido nas últimas décadas), violentado, "povo capado e sagrado"...(p.198-199).

"A pobreza e a violentação do brasileiro - bem como de outros povos em análogas situações - atestam a falta de fraternidade humana, o egoísmo nacional e continental de alguns homens, grupos e povos transnacionalizados. Por outro lado - e assim conclui o Autor o seu ensaio - se plenificada, a identidade brasileira pode trazer uma contribuição internacional para qualificar as fraternas relações dos povos que já perderam ou nunca tiveram a sensibilidade humana, o gosto pelo comunitário, a capacidade de resistir, a alegria de viver, o humor, o espírito lúdico" (p. 199).

